

As Alterações Climáticas, a Saúde e a Nossa Responsabilidade Individual: Recomendações da SPMI

Climate Change, Health and Our Individual Responsibility: SPMI Recommendations

Luís Campos

Presidente da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna

Os atentados contra o nosso ecossistema têm sido diversificados, graves e em crescendo mas o aquecimento global causado pela emissão de gases com efeito de estufa é a maior ameaça à sobrevivência do homem e do planeta que já enfrentamos. A reversão desta ameaça parece ser ainda possível mas depende das decisões de cada país, cada organização e cada pessoa nos próximos anos. Os médicos, enquanto cidadãos, pais e cuidadores, têm obrigação ética de se envolverem neste alerta global porque as alterações climáticas já estão a afetar os nossos doentes e vão condicionar o futuro dos nossos filhos e dos cidadãos em geral.

O ano de 2015 foi o mais quente desde que há registos e o nível do mar subiu 20 cm desde o início do século, a Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que as alterações climáticas já estejam a custar 150 000 vidas anualmente. As previsões são conhecidas: se nada for feito a temperatura vai aumentar a 2,6°C a 4,8°C até ao fim do século XXI, em 2080 já não haverá gelo durante o verão no Polo Norte nem no Polo sul, em 2100 cerca de 50% das plantas e dos animais da terra estarão extintos e o nível do mar subirá mais um metro, as inundações, incêndios e outras calamidades serão cada vez mais frequentes.

Em Portugal, segundo o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, o mês de abril de 2017 foi o mais quente dos meses homólogos, desde há 86 anos, estando 96% do território nacional em situação de seca. Em 2016 arderam 160 mil hectares, o correspondente a 160 mil estádios de futebol, o valor mais elevado desde há uma década. Em 2013 a onda de calor em Portugal foi responsável por 1700 mortes.

Estas consequências têm origem no efeito de estufa induzido pela emissão de vários gases, como o dióxido de carbono, o metano e o óxido nítrico, causada pela utilização de combustíveis fósseis, pela desflorestação, pela agricultura e pela criação de gado, entre outros. As consequências são o aquecimento da Terra, alterações climáticas, a diminuição da camada de gelo, a subida do nível do mar e a sua acidificação. Estas alterações não são fenómenos naturais mas são causados pela ação humana, sendo a China responsável por 28% destas emissões, seguida de perto pelos EUA (16%). Atualmente 92% da população já vive em áreas que superam o limite máximo de ozono definido pela OMS. O sector da saúde é o que consome mais energia depois do sector da alimentação, calculando-se que contribua em 8 a 10% para a emissão de gases com efeito de estufa. Os hospitais, em Portugal, consomem 11% da eletricidade, 18% do gás natural e produzem 108 mil toneladas de resíduos anualmente.

Na saúde das populações vão-se acentuar as consequências diretas do calor, que já afetam principalmente os idosos, as crianças, os sem-abrigo e outras populações mais vulneráveis, com a poluição do ar estão a aumentar também as doenças alérgicas e a asma, mas vão também aumentar as doenças transmitidas por vectores como sejam a malária, o Dengue, *chikungunya*, a febre do Vale do Rift, o vírus do oeste do Nilo, a doença de Lyme, a encefalite e as doenças transmitidas pelo hantavírus. As doenças relacionadas com a qualidade da água como a cólera, as infeções pelo *Campylobacter*, *Leptospira* e *Cryptosporidium*, entre outras, vão emergir cada vez mais. A escassez de água e de alimentos agravarão a fome, a malnutrição e a diarreia. A degradação do ambiente e dos ecossistemas acentuarão os movimentos migratórios, os conflitos e as doenças mentais. As catástrofes naturais provocarão muitas mortes violentas. No fim, será a própria sobrevivência do homem que estará ameaçada.

O acordo de Paris, entre 195 nações, em dezembro de 2015, abriu perspectivas positivas, que estão agora ameaçadas. Portugal tem tido algumas orientações estratégicas, incluindo no campo da Saúde, que são exemplares, mas não chega. Há um sentido de urgência e de responsabilidade colectiva que é importante intensificar. Nós médicos, e os internistas em particular, que lidamos já com as consequências na saúde, particularmente das populações mais vulneráveis, provocadas pelas alterações climáticas, temos obrigação de intervir publicamente nesta causa. A Organização Mundial de Saúde e várias sociedades científicas, noutros países, já o fizeram, com destaque para o American College of Physicians.

Estas são as razões que levam a Sociedade Portuguesa de Medicina Interna, a propósito do Dia Mundial do Ambiente, 5 de junho, a tomar uma posição pública e a emitir recomendações sobre este tema:

1. Que sejam intensificadas, a nível nacional e a todos os níveis de responsabilidade da sociedade, medidas com impacto na

redução da emissão de gases com efeito de estufa.

2. Que no sector da saúde sejam adotadas medidas que o tornem um exemplo de compromisso com a proteção do ambiente, enquanto forma alternativa de defender a saúde das populações e adote uma estratégia eficaz de resposta às consequências do aquecimento global que já se fazem sentir.
3. Que as questões das alterações climáticas e a sua repercussão na Saúde sejam introduzidas na formação pré e pós graduada dos médicos.
4. Que cada internista, cada médico ou profissional de saúde seja um agente activo na defesa de práticas sustentáveis para o ambiente que reduzam a emissão de gases com efeito de estufa e seja um educador da comunidade sobre os riscos para a saúde das alterações climáticas.
5. Que cada internista, cada médico ou profissional de saúde, assuma, a nível individual, comportamentos com impacto na redução dos vários factores que causam o aquecimento global, como sejam:
 - a) Privilegie as deslocações a pé, de bicicleta ou de transportes públicos e opte por viaturas com menor emissão de gases, como carros elétricos ou híbridos.
 - b) Reduza o consumo de energia em casa e no trabalho, como desligar os aparelhos eletrónicos quando não estiverem em uso, utilizar lâmpadas de baixo consumo e ajustar o termostato de forma eficiente.
 - c) Reduza o desperdício e o lixo, reutilize o que for possível, use produtos recicláveis e faça a separação dos lixos.
 - d) Use a água de forma eficiente.
 - e) Reduza a carne e derivados na alimentação e consuma peixe que resulte de pesca sustentável.
 - f) Coma fruta e vegetais locais e sazonais e aumente o consumo de produtos biológicos.
 - g) Não beba água ou outras bebidas engarrafadas em garrafas de plástico.

Cuidar do ambiente é cuidar da saúde, defender o direito à vida e assumir uma obrigação moral! ■

REFERÊNCIAS

1. Crowley RA, Health and Public Policy Committee of the American College of Physicians. Climate change and health: a position paper of the American College of Physicians. *Ann Intern Med.* 2016;164:608-10.
2. Krygsman K, Speiser M. Let's talk health and climate: communication guidance for health professionals. Washington: Climate for Health; 2016.
3. Hunter DJ, Frumkin H, Jha Ashish. Preventive Medicine for the Planet and its Peoples. *N Eng J Med.* 2017;376:1605-7.
4. Instituto do Mar e da Atmosfera. [Acedido em 11 de Maio de 2017] Acessível em: <https://www.ipma.pt/pt/media/noticias/news.detail.jsp?f=/pt/media/noticias/textos/rel-clima-abril-2017.html>.
5. Neira M. Climate Change: An Opportunity for Public Health. Geneva: World Health Organization; 2014. [Acedido em 11 de Maio de 2017] Acessível em: <https://www.who.int/mediacentre/commentaries/climate-change/en>.
6. United Nations. Adoption of the Paris Agreement. 12 December 2015. [Acedido em 11 de Maio de 2017] Acessível em: <http://www.unfccc.int/resource/docs/2015/cop21/eng/l09.pdf>.
7. U.S. National Academy of Sciences; Royal Society. Climate Change: Evidence and Causes. Washington: National Academies Press; 2014.
8. Watts N, Adger WN, Agnolucci P, Blackstock J, Byass P, Cai W, et al. Health and climate change: policy responses to protect public health. *Lancet.* 2015;386:1861-914.